

AUTO-CONCEITO E SUA RELAÇÃO COM PRESTÍGIO ENTRE OS COLEGAS, NÍVEL SÓCIO-EDUCACIONAL E INTELIGÊNCIA

LEA MARIA CHAGAS CRUZ
YARA LÚCIA ESPOSITO

A caracterização e análise das variáveis que interferem no processo de desenvolvimento do auto-conceito tem sido uma das abordagens mais empregadas na área de estudo da auto-avaliação.

A importância deste tipo de enfoque é dada não apenas pela maior compreensão teórica que traz sobre o fenômeno em si, mas também por suas contribuições para a elaboração de uma estratégia a ser desenvolvida pela escola no sentido de provocar as mudanças desejáveis no grau de auto-estima dos alunos.

A natureza das variáveis selecionadas como objeto de estudo tem sido muito diversificada, por ser sua escolha, em grande parte, determinada pela perspectiva teórica e campo de atuação do pesquisador. De modo geral, podemos estabelecer três grandes tendências:

— Autores (McDonald e Gynther, 1965; Bieri e Lobeck, 1961) que enfatizam a relevância das chamadas variáveis sociológicas ou demográficas — raça, sexo, religião, status sócio-econômico.

— Autores (Phillips, Hindsman e Jennings, 1960, Horowitz, 1962; Cotler e Palmer, 1970) que se propõem a lidar com variáveis intra-individuais — inteligência, idade, características de personalidade tais como, grau de ansiedade, nível de aspiração.

— Autores (Perkins, 1958; Stotland e Cottrell, 1961; Williams, 1962; Horowitz, 1962) que colocam em destaque as variáveis interativas, tais como relacionamento com os co-

legas, com as figuras parentais e interação professor-aluno.

O presente estudo tem por objetivo investigar a influência de três variáveis específicas — prestígio entre os colegas, nível sócio-educacional e inteligência — sobre dois aspectos da auto-imagem de um grupo de adolescentes: adequação acadêmica e ajustamento social entre os colegas.

I — Variáveis analisadas

1) Prestígio entre os colegas

Há um consenso quase total de que o auto-conceito surge num contexto interpessoal e se desenvolve durante a infância e adolescência como função da percepção que o sujeito tem das avaliações feitas a seu respeito por pessoas que lhe são significativas. Todavia, a relação entre estes dois aspectos (auto-conceito e percepção da opinião alheia) parece ser extremamente complexa dado o seu caráter de circularidade: de um lado, a aceitação por parte dos outros influencia a auto-imagem; de outro, é o grau de auto-estima que vai determinar o nível de susceptibilidade às influências sociais. Vários estudos (Janis, 1954; Hovland e Janis, 1959; Stotland, Thorley, Thomas, Cohen e Zander, 1957) têm demonstrado que pessoas com fraca auto-estima são mais sujeitas às pressões de grupo do que aquelas que apresentam uma auto-imagem mais positiva. A razão subjacente a essa susceptibilidade diferencial parece ser o fato das primeiras terem maior incerteza sobre suas

crenças, incluindo as referentes a si mesmas. E sob tais condições de incerteza, como salientou Festinger (1959), o indivíduo irá mais provavelmente auto-avaliar-se na base de sua percepção da opinião dos outros.

Esquemáticamente podemos delinear o seguinte quadro: a posição de prestígio da pessoa influencia o seu auto-conceito e o seu comportamento. Ao mesmo tempo, é através deste que ela vai atuar no grupo para ganhar prestígio e afirmação. Uma vez que o jovem tenha uma reputação estabelecida, é em função dela que os colegas tendem a avaliar sua posição no grupo.

A complexidade do fenômeno vem se traduzir numa diversidade de colocações teóricas quanto aos efeitos da influência social sobre a auto-avaliação. De modo geral, podemos sintetizá-las em três grandes correntes:

— Autores que postulam serem as pressões sociais tão fortes que elas induzem os indivíduos a se auto-atribuírem apenas características socialmente desejáveis. Por este motivo, não consideram seriamente as auto-avaliações.

— Autores, como G. H. Mead (1934), defendendo a posição de que a pessoa assume aquilo que ela acredita ser o julgamento dos outros a seu respeito, independentemente do valor social das características atribuídas.

— A colocação de Festinger (1954) e seguidores de que os indivíduos estão preocupados em se avaliar de modo favorável, mas também corretamente. A conformidade da pessoa não é com as opiniões dos outros em relação a ela, mas sim com o que acredita ser o modelo de comportamento do grupo. Para esse autor, as auto-avaliações são formuladas através de processos de comparação eu — outros.

Pode-se concluir, portanto, que a aceitação por parte das pessoas significativas e, em particular, por parte dos companheiros de idade, afeta o auto-conceito, embora a relação não seja simples (Ira J. Gordon, 1967).

As seguintes considerações foram levadas em conta ao se optar pela inclusão da

variável “prestígio entre os colegas” no presente estudo:

1. O prestígio do indivíduo dentro do seu grupo social, embora seja um fator importante durante todo o período de vida, tem um efeito particularmente marcante sobre a auto-imagem na fase de desenvolvimento aqui analisada: a adolescência.

2. Psicólogos sociais (Lippitt, 1940; Cattell, 1951; Likert, 1952; Cartwright & Zander, 1960) estão cada vez mais convencidos de que a liderança e aceitação do indivíduo em qualquer grupo social depende muito mais da sua capacidade de contribuir para a consecução dos objetivos do grupo do que de características pessoais carismáticas.

Nesse trabalho procuramos investigar como se aplicaria essa colocação dentro da situação escolar, onde todo aluno é solicitado a desempenhar dois papéis, de certa forma, diferenciados: um como “amigo” (comportamento afetivo) e outro como “membro de grupo de estudo” (comportamento tarefa).

Partindo da pressuposição de que tanto a aceitação por parte dos colegas como o reflexo que esta aceitação tem sobre a auto-imagem variam em função dos objetivos específicos do grupo onde o jovem deve atuar, duas hipóteses foram levantadas:

1. O status sociométrico como “amigo” terá influência sobre o grau de auto-estima social do indivíduo, mas não apresentará qualquer relação com sua auto-imagem acadêmica.

2. O prestígio entre os colegas como “companheiro de estudo” influenciará tanto o auto-conceito acadêmico como o social.

2) Nível sócio-educacional

A convicção de que existe uma estreita relação entre status sócio-econômico e auto-conceito tem sido cada vez mais reforçada, notadamente a partir da década de 60 com a proliferação de estudos na área de carência cultural (Martin Deutsch, 1964; Vera John, 1962 e colaboradores).

Sintetizando as colocações teóricas de diversos autores, cremos poder estabelecer as seguintes pressuposições:

1. "Se o auto-conceito é basicamente um produto da aprendizagem social do indivíduo, como a maioria dos teóricos de personalidade afirmam, então deve ser possível encontrar diferenças sistemáticas nos auto-conceitos de pessoas cujas experiências sociais tenham diferido de forma fundamental. A nossa premissa é de que classe social é uma variável que deve refletir experiências diferentes de aprendizado" (Bieri e Lobeck, 1961).

2. A preponderância de experiências bem sucedidas ajuda a criança a pensar positivamente sobre si e suas capacidades. Pessoas das camadas sociais mais baixas estão expostas a condições de aprendizado nas quais a inferioridade relativa de sua situação física e social pode ser introjetada sob a forma de sentimentos de inferioridade e submissão. Inversamente, pessoas de status alto têm estado associadas a condições de poder e prestígio ocupacional e social que podem determinar sentimentos de maior auto-confiança e dominância.

3. Status social é, em nossa cultura, um dos mais fortes índices de prestígio e sucesso. Indivíduos de status alto são percebidos como mais bem sucedidos e tendem a receber benefícios culturais que podem levá-los a se auto-conceber como mais capacitados do que os outros.

4. "A auto-estima da criança é baseada, em grande parte, no grau de auto-estima de seus pais. O pai de classe baixa, independentemente de suas características pessoais, não é um modelo satisfatório de identificação na medida em que ele próprio não só aceita como assume o julgamento depreciativo que a sociedade faz a seu respeito. Sucesso econômico é considerado em nossa sociedade como uma prova conclusiva de superioridade individual" (Thomas S. Langner, 1963).

5. O status sócio-econômico do aluno afeta a sua aprendizagem. Já em 1943, D. C. Shaw sumariou dezessete estudos publicados

entre 1911 e 1941, todos mostrando relação positiva entre a realização escolar e "background" sócio-econômico.

6. Uma evidência indireta da influência dessa variável sobre o auto-conceito é o fato de que o status do aluno afeta a avaliação que professores e colegas (pessoas que lhe são significativas) fazem de suas capacidades e características de personalidade (Grossman e Wrighter, 1948; Neugarten, 1946).

No presente trabalho foi levantada a hipótese de que haveria uma relação positiva entre status sócio-educacional e auto-imagem, tanto na área de adequação acadêmica como na área de aceitação social.

3) Inteligência

A revisão da literatura vem indicar que poucos autores trataram especificamente dos efeitos da inteligência sobre o auto-conceito. A maioria dos trabalhos tem analisado apenas a fidedignidade de auto-estimativas da própria inteligência (Froëhlich e Mosen, 1954; Feinald, 1964; Bailey e Gibby, 1971 e outros).

Um dos raros trabalhos desenvolvidos numa linha de abordagem semelhante à do presente estudo foi o de Phillips, Hindsman e Jennings (1960) sobre "os efeitos da inteligência na relação entre ansiedade e insatisfação consigo e com os outros". Seus resultados indicaram que as estreitas relações existentes entre essas duas últimas variáveis são, em algum grau, modificados pelo nível intelectual dos sujeitos.

Ainda nessa linha de pesquisa, embora assumindo enfoques diferentes, podemos destacar três outros autores: R. M. Brandt, (1958) que, estudando o nível de realismo do auto-conceito, obteve uma correlação positiva, mas fraca entre inteligência e precisão das auto-estimativas; Perkins (1958) que obteve uma relação positiva, mas fraca entre inteligência e consistência (resistência à mudanças) do auto-conceito. E finalmente, M. Kirkland

(1971) que, ao revisar estudos anteriores, enfatiza a influência que o conhecimento da própria realização em testes de inteligência tem sobre a motivação e auto-estima dos estudantes.

No presente estudo, duas constatações determinaram a escolha da variável inteligência como objeto de estudo.

A primeira, sugerida pela revisão da literatura, é a de que dada a falta de continuidade das pesquisas, necessária para atingirem-se explicações mais definitivas, os resultados até agora obtidos se mostram fragmentados e, por vezes, inconclusivos.

A segunda, de natureza mais teórica, é a pressuposição de que a inteligência, por ser um dos aspectos mais valorizados pela nossa cultura, notadamente dentro do sistema escolar, inevitavelmente se constitui numa importante fonte de estímulos para a auto-avaliação.

A pressuposição deste trabalho foi a de que sujeitos de alta inteligência apresentariam um maior grau de auto-estima na área acadêmica do que os de baixa inteligência. Não se esperava, porém, qualquer ligação entre esta variável (I) e a auto-imagem social, dada "a pouca relação direta entre inteligência e grau de aceitação pelos colegas" (Gronlund, 1959).

II — Procedimento

1) Sujeitos

A amostra deste estudo foi constituída pelos 112 alunos que cursavam as quatro classes de 4.ª série ginásial de uma escola pública da cidade de São Paulo. Com uma faixa etária variando entre 14 e 17 anos e idade média de 14,11 anos no início do ano letivo, 67 sujeitos eram do sexo masculino e 45 do feminino. Quanto à origem sócio-econômica, formavam dois grupos bem diferenciados, em função dos critérios adotados quando da abertura de matrículas para a 1.ª série do ginásio (1967).

2) Instrumentos

Medida da variável "auto-imagem"

Foi utilizada uma adaptação ⁽¹⁾ da escala "How I see myself" — forma elementar (Ira J. Gordon, 1968). Elaborada a partir das categorias de respostas propostas por Jersild (1952), esta escala compõe-se de 40 pares de afirmações opostas concernentes à escola, colegas, professores, pais, próprio corpo e controle emocional. O aluno deve situar-se num continuum de 1 a 5 pontos em relação a cada item. A concepção básica que norteou a construção do instrumento foi a de que o auto-conceito não é um traço unitário, mas uma organização de fatores suficientemente discretos para poderem ser medidos separadamente e que se modificam de acordo com a idade e o sexo.

Na forma original da escala os itens foram agrupados em função de sua participação nos fatores detectados pela análise fatorial. No presente estudo, porém, foi feita uma seleção e reagrupamento das afirmações a fim de possibilitar a avaliação da auto-imagem em relação a duas variáveis específicas: Adequação Acadêmica e Ajustamento Social.

Para cada indivíduo foram calculadas duas notas: uma referente à área de Adequação Acadêmica e outra a de Ajustamento Social, a partir das somatórias simples obtidas em cada item. A amplitude das notas podia variar respectivamente entre 15-75 e 7-35 pontos.

Medida da variável "inteligência"

O nível intelectual dos sujeitos foi avaliado através de uma aplicação coletiva do teste de Inteligência Não Verbal — Fator G — Forma A (Pierre G. Weil, 1959). A unidade de medida empregada foi a escala de percentis.

(1) A escala foi traduzida, adaptada e modificada por Ana Maria Poppovic (1970).

Medida da variável "Prestígio entre os colegas"

Foi utilizado um teste sociométrico, no qual os alunos das quatro classes sob estudo, foram solicitados a indicar:

— "Os três companheiros de classe que escolheria para um grupo de trabalho escolar".

— "Os três companheiros de classe que escolheria para um jogo".

A justificação para a utilização deste tipo de técnica era a de que a posição sociométrica do aluno é um índice de seu prestígio entre os colegas de classe.

Calculou-se para cada sujeito dois índices de "status de escolha": um como "membro de grupo de estudo" e outro como "companheiro de lazer" segundo a fórmula proposta por Fred N. Kerlinger (1964).

Medida da variável "Nível sócio-educacional"

Com base nos dados de um questionário de caracterização sócio-econômica aplicado em 1967 (ano da entrada desses alunos no ginásio), foi estabelecido um índice de nível sócio-educacional composto por dois indicadores: prestígio ocupacional e grau de escolaridade dos pais.

Para medir a primeira variável, utilizou-se a escala de "Hierarquia de prestígio ocupacional" (Hutchinson, 1961) modificada pela equipe do C.R.P.E. (Dias, 1967).

O segundo indicador — grau de escolaridade — obedeceu a uma escala de sete níveis, variando desde "nunca frequentou escola" até "superior completo".

Para se obter uma síntese dos dois indicadores que permitisse o agrupamento em relação ao nível sócio-educacional foi feita uma somatória simples destes elementos para cada indivíduo, com amplitude variando de 2 a 14 pontos.

III — Critérios Estatísticos para Análise dos dados

O critério adotado para estudo estatístico dos efeitos de cada uma das variáveis independentes sobre o grau de auto-estima foi o de

comparação de grupos extremos. Na formação desses grupos, procurou-se obter "grupos extremos ao mesmo tempo tão grandes e tão diferenciados quanto possível" (Kelley, 1967).

Com relação à variável "inteligência", utilizando-se os 30% extremos da distribuição, ficaram os grupos assim constituídos:

Grupo I — Sujeitos que obtiveram percentil igual ou menor que 55 no I.N.V. N = 34.

Grupo II — Sujeitos que obtiveram percentil maior ou igual a 90 no I.N.V. N = 33.

Para estudo da "variável sócio-educacional" foram incluídos todos os indivíduos que se situassem acima do Q_3 e abaixo do Q_1 simultaneamente nos dois índices estabelecidos: prestígio ocupacional e nível de escolaridade dos pais.

Grupo I — Sujeitos situados abaixo do Q_1 N = 16.

Grupo II — Sujeitos situados acima do Q_3 N = 21.

Quanto à variável "prestígio entre os colegas" estabeleceu-se inicialmente os dois grupos extremos inferiores, tomando-se os jovens que não foram escolhidos em cada um dos sociogramas. A seguir, para formação dos grupos opostos, optou-se por um número tal de escolha que permitisse a obtenção de um N aproximadamente igual ao dos primeiros grupos.

Escolha sociométrica como "companheiro de estudo"

Grupo I — Sujeitos com 0 escolhas
N = 13.

Grupo II — Sujeitos com 6 ou mais escolhas
N = 15.

Escolha sociométrica para "companheiro de jogos"

Grupo I — Sujeitos com 0 escolhas
N = 20.

Grupo II — Sujeitos com 5 ou mais escolhas
N = 21.

Estabelecidos os grupos extremos, procedeu-se à comparação de médias. O nível de significância estabelecido foi o de 0,05.

IV — Resultados e Discussão

1) Auto-conceito e “Prestígio entre os colegas”

Procurando-se analisar a relação entre auto-conceito e a variável “prestígio entre os colegas” do ponto de vista dos papéis assu-

midos pelo aluno dentro do sistema escolar, duas hipóteses foram testadas.

Os dados referentes ao prestígio como “companheiro de lazer” confirmam o primeiro pressuposto levantado: o grupo de alto status sociométrico apresentou uma média de auto-conceito significativamente maior do que o grupo de baixo status na área de ajustamento social, mas não na área de adequação acadêmica conforme pode ser observado na Tabela I.

TABELA I
MÉDIAS DE AUTO-CONCEITO DOS GRUPOS DE ALTO E BAIXO STATUS SOCIOMÉTRICO COMO «COMPANHEIRO DE LAZER»

	\bar{X} Grupo alto status sociométrico	X Grupo baixo status sociométrico	Significância das diferenças de \bar{X}
Auto-conceito acadêmico	56,52	54,05	—
Auto-conceito social	27,90	23,75	0,01

Os resultados obtidos na área social acham-se em consonância com estudos anteriores (Feinberg, 1953; Coopersmith, 1959) que indicaram estreita relação entre prestígio social e grau de auto-estima. Horowitz (1962) analisando vários trabalhos efetuados nessa área conclui que a consistência dos achados sugere a existência de um fenômeno estável.

A não significância das diferenças entre os dois grupos na área acadêmica vem refor-

çar a “pouca relação existente entre realização escolar e prestígio social dentro do grupo de idade” (Ira Gordon, 1967).

A segunda hipótese testada — “os grupos de alto e baixo status sociométrico como companheiro de estudo apresentariam diferenças significantes no grau de auto-estima acadêmica e social” — também foi confirmada, conforme vem indicar a análise da Tabela II.

TABELA II
MÉDIAS DE AUTO-CONCEITO DOS GRUPOS DE ALTO E BAIXO STATUS SOCIOMÉTRICO COMO «MEMBRO DE GRUPO DE ESTUDO»

	\bar{X} Grupo alto status sociométrico	\bar{X} Grupo baixo status sociométrico	Significância das diferenças de \bar{X}
Auto-conceito acadêmico	61,20	51,77	0,01
Auto-conceito social	26,87	24,54	0,05

No que se refere à primeira área, a justificativa para a relação encontrada parece derivar do fato do grupo de estudo dentro da classe ter como objetivo primordial a realização de trabalhos escolares. Conseqüentemente, a rejeição ou escolha nesse tipo de medida sociométrica vem refletir a avaliação que os colegas fazem do valor acadêmico do aluno e de sua capacidade para contribuir para uma produção eficiente do grupo. E essa avaliação, por ser imediata e concreta, tem reflexos sobre a sua auto-imagem escolar.

A projeção dos efeitos dessa variável sobre o auto-conceito social pode ser explicada pelo fato da "valorização como companheiro de estudo" ser um aspecto da sua posição global de prestígio no grupo.

A análise conjunta dos dois tipos de escolha sociométrica vem enfatizar a colocação

de que a flexibilidade no desempenho dos papéis exigidos pelos objetivos do grupo influencia a popularidade do aluno e através desta a sua auto-imagem.

2) Auto-conceito e "nível sócio-educacional"

Os resultados obtidos no presente estudo indicam uma confirmação parcial do pressuposto de que sujeitos de alto status sócio-educacional apresentariam uma auto-imagem acadêmica e social mais positiva do que os de baixo status. Conforme pode ser observado na Tabela III, as diferenças entre os dois grupos foram estatisticamente significantes em relação à área de ajustamento social e nulas quanto ao aspecto adequação acadêmica.

TABELA III
MÉDIAS DE AUTO-CONCEITO DOS GRUPOS DE ALTO E BAIXO STATUS
SÓCIO-EDUCACIONAL (SSE)

	\bar{X} Grupo alto SSE	\bar{X} Grupo baixo SSE	Significância das diferenças de \bar{X}
Auto-conceito acadêmico	57,00	53,87	—
Auto-conceito social	26,71	24,37	0,05

Os dados referentes à área acadêmica, embora contrariando as expectativas iniciais, acham-se em concordância com alguns estudos anteriores (Brookover, 1965; Yeatts, 1967) que também indicaram fraca relação entre nível sócio-econômico e auto-avaliação de capacidades e realizações.

Uma possível explicação para a não diferenciação dos dois níveis poderia derivar da composição específica, no presente estudo, do grupo de baixo status sócio-educacional. Os jovens que o constituíram, pelo mero fato de estarem concluindo o curso ginásial, não representam uma amostra típica de baixo sta-

tus sócio-econômico, podendo ser caracterizados como uma certa elite dentro do seu agrupamento social e familiar. Conseqüentemente, se este foi o padrão de referência considerado, não se justificaria um rebaixamento da auto-imagem.

A relação encontrada entre auto-estima social e status sócio-educacional vem enfatizar a colocação de outros autores (Klausner, 1953; Bieri e Lobeck, 1961) sobre a considerável importância dessa variável (S.S.E.) na determinação do papel e comportamento social do indivíduo, especialmente no período de adolescência. Onde roupas e outros bens

de consumo são um sinal de “pertencer ao grupo” e um símbolo de prestígio, os jovens de classe baixa não conseguem competir. Marginalizados, passam a formar o seu próprio grupo, mas este tende a assumir uma posição desvalorizada dentro do quadro global do colégio. Os poucos elementos que tentam penetrar nos grupos de classe média encontram sérias dificuldades, por um déficit de aprendizado das habilidades sociais exigidas. E isso necessariamente terá influência no grau de auto-estima.

3) Auto-conceito e “inteligência”

Os dados contidos na Tabela IV vêm indicar a confirmação da hipótese de que sujeitos de alta inteligência (AI) apresentariam um auto-conceito acadêmico mais positivo do que os de baixa inteligência (BI). Refutam, contudo, o outro pressuposto inicialmente levantado de que não haveria relação entre esta variável (I) e a auto-imagem social. Também nessa área, as diferenças entre os dois grupos foram estatisticamente significantes.

TABELA IV
MÉDIAS DE AUTO-CONCEITO DOS GRUPOS DE ALTA (AI) E BAIXA INTELIGÊNCIA (BI)

	\bar{X} Grupo AI	\bar{X} Grupo BI	Significância das diferenças de \bar{X}
Auto-conceito na área acadêmica	57,09	52,73	0,01
Auto-conceito na área social	26,06	24,50	0,05

Os resultados referentes à primeira área reforçam a convicção de que alunos de alta inteligência estão provavelmente mais aptos à acumular experiências acadêmicas bem sucedidas, o que os predispõe a pensar positivamente sobre si e suas capacidades.

Os resultados inesperados obtidos na área social levaram a se procurar verificar, numa

segunda etapa, até que ponto dentro de cada grupo isoladamente, a variável inteligência estaria mais relacionada ao auto-conceito acadêmico do que ao social. Para tanto, correlacionou-se a nota do teste de inteligência com os escores obtidos em cada uma das duas áreas. A seguir, testou-se a significância das diferenças entre as correlações intra-grupais.

TABELA V
COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE A VARIÁVEL INTELIGÊNCIA E AUTO-CONCEITO

	N	r na área acadêmica	r na área social	Significância das diferenças de correlação
Grupo de alta Inteligência (AI)	33	0,53 **	0,27 *	0,05
Grupo de baixa Inteligência (BI)	34	0,00	— 0,15	—

** correlação significativa ao nível de 0,01

* correlação significativa ao nível de 0,05

Esses dados sugerem as seguintes considerações:

— A variável inteligência parece ter efeitos diferenciais sobre o auto-conceito em função do nível intelectual dos sujeitos estudados. Enquanto que no Grupo AI se obteve uma relação significativa entre inteligência e auto-conceito nas duas áreas estudadas, no grupo BI, a correlação entre as duas variáveis foi nula ou negativa.

Essa variação pode ser explicada pelo fato de que sujeitos de alto nível intelectual apresentam uma capacidade de crítica mais apurada e um maior senso de realismo do que os de baixa inteligência. Além disso, poderia ser argumentado que as auto-avaliações desse segundo grupo estão mais sujeitas a distorções, dada a interferência de mecanismos defensivos e compensatórios, próprios à característica “baixa inteligência”.

— Dentro do grupo de alto nível intelectual, a variável inteligência está mais relacionada ao auto-conceito acadêmico ($r = 0,53$) do que ao social ($r = 0,27$). Este resultado está de acordo com a pressuposição inicialmente aventada de que a criança no decorrer de toda a sua vida escolar está continuamente submetida a reações críticas frente às suas capacidades, por parte dos pais, professores e colegas. Especialmente as notas e avaliação dos professores representam um “feedback” muito direto e presente a alimentar consistentemente a auto-imagem do aluno.

V — Conclusões

O presente trabalho objetivou tão-somente uma primeira aproximação ao problema estudado. Nesse sentido, não se propôs a quaisquer inferências de natureza causal, mas sim a verificar a existência ou não de relações funcionais entre o auto-conceito e as variáveis — inteligência, nível sócio-educacional e prestígio entre os colegas. O próprio critério estatístico adotado — comparação de grupos ex-

tremos — vem refletir essa delimitação de objetivos.

Destarte, torna-se inadequada qualquer tentativa de generalização a partir dos resultados obtidos. Estes devem ser considerados apenas como sugestivos para pesquisas futuras. Apesar dessas limitações, porém, algumas implicações práticas podem ser derivadas com relação ao enfoque do auto-conceito dentro da situação escolar.

— Os apelos motivacionais e as técnicas de “feedback” a serem desenvolvidos pela escola devem levar em conta o nível intelectual dos alunos.

— A escola deve propiciar aos alunos, especialmente aos de baixo nível sócio-educacional, condições de aprendizado de maior flexibilidade no desempenho de papéis.

— Crianças de classe média tendem a ser percebidas como tendo traços de personalidade mais favoráveis do que crianças de classe baixa, embora a idade, os valores escolares e a natureza da comunidade mais ampla ajam como fatores atenuantes.

Dada a pressuposição básica de que o auto-conceito influencia o aprendizado e o comportamento, o professor deve ser capaz de apreender como os seus alunos se vêem em relação à escola. Este conhecimento torna-se útil na criação de situações na sala de aula que permitam aos alunos modificarem auto-conceitos negativos e aprenderem a valorizar a si e à escola.

Como salienta Butler (1965), “para aqueles alunos que não estão ainda suficientemente motivados com relação ao programa acadêmico, a estimulação de um auto-conceito positivo é mais importante do que os aprendizados específicos”. E a responsabilidade da escola torna-se ainda maior, na medida em que cada vez mais as evidências têm indicado que, na época da entrada na escola, muitas crianças têm já desenvolvidas auto-imagens negativas, que experiências escolares frustradoras só vêm reforçar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGATTI, A. P. R.; LOMONACO, J. F. B. — «Avaliação objetiva e subjetiva da inteligência — uma comparação»; *Boletim de Psicologia*, vol. XXIII, n.º 62, 1971, 39-44.
- BAILEY, K. G.; GIBBY R. G. — «Developmental differences in self-ratings on intelligence»; *J. of Clinical Psychology*, vol. 27, n.º 1, 1971, 51-54.
- BIERI, J.; LOBECK, R. — «Self-concept differences in relation to identification, religion and social class»; *J. of Abnormal and Social Psychology*, vol. 62, n.º 1, 1961, 94-98.
- BRANDT, R. M. — «The accuracy of self-estimates: a measure of self-concept reality»; *Genetic Psychology Monographs*, n.º 58, 1958.
- BROOKOVER, W. B. et al. — «Self-concept of ability and school achievement»; in Harry L. Miller, «Education for the Disadvantaged», The Free Press, N. Y., 1967.
- BROWNFAIN, J. J. — «Stability of the self-concept as a dimension of personality»; *J. of Abnormal and Social Psychology*, vol. 47, n.º 3, 1952.
- CAPLIN, M. D. — «The relationship between self concept and academic achievement»; *J. of Experimental Education*, vol. 37, n.º 3, 1969, 13-16.
- COOPERSMITH, S. — «A method for determining types of self-esteem»; *J. Abnormal and Social Psychology*, 59, 1959, 87-94.
- COTLER, S.; PALMER, R. J. — «The relationships among sex, sociometric, self and test anxiety factors and the academic achievement of elementary school children»; *Psychology in the schools*, vol. 7, n.º 3, 1970, 211-216.
- DEUTSCH, Martin et all. — «The disadvantaged child»; Basic Books Inc., N. Y., 1967.
- GORDON, I. J. — «A test manual for the How I see myself scale»; Florida Educational Research and Development Council, 1968.
- GORDON, I. J. — «Human Development — From birth through adolescence»; Harper & Row Publishers, N. Y., 1962.
- GORDON, I. J.; WOOD, P. C. — «The relationship between pupil self-evaluation, teacher evaluation of the pupil and scholastic achievement»; *J. of Educational Research*, vol. 56, n.º 8, 1963.
- HOLT, R. R. — «The accuracy of self-evaluations; its measurement and some of its personological correlates»; *J. of Consulting Psychology*, vol. 15, n.º 2, 1951.
- HOROWITZ, F. D. — «The relationship of anxiety, self-concept and sociometric status among fourth, fifth and sixth grade children»; *J. of Abnormal and Social Psychology*, vol. 65, n.º 3, 212-214.
- KERLINGER, F. N. — «Foundations of behavioral research»; Holt, Rinehart and Winston, Inc., N. Y., 1964, 554-563.
- KIPNIS, D. M. — «Changes in self-concepts in relation to perceptions of others»; *J. of Personality*, 29, 1961, 449-465.
- KIRKLAND, M. C. — «The effects of tests on students and schools»; *Review of Educational Research*, vol. 41, n.º 4, 1971, 303-350.
- LANGNER, T. S.; STANLEY, T. M. — «Socioeconomic status and Personality Characteristics»; in Joan I. Roberts «School Children in the urban slum», The Free Press, N. Y., 1967, 198-199.
- MCDONALD, R. L.; GYNTHNER, M. D. — «Relationship of self and ideal-self descriptions with sex, race, and class in Southern adolescents»; *J. of Personality and Social Psychology*, vol. 1, n.º 1, 1965, 85-88.
- MUSGROVE, FRANK — «The family, education & society»; Routledge & Kegan Paul, London, 1966.
- PERKINS, H. V. — «Factors influencing change in children's self-concepts»; *Child Development*, vol. 29, n.º 2, 1958, 221-230.
- PERKINS, H. V. — «Teacher's and peers' perceptions of children's self-concepts»; *Child Development*, vol. 29, n.º 2, 1958, 203-220.
- PHILLIPS, B. N. — «Age changes in accuracy of self-perceptions»; *Child Development*, 34, 1963, 1041-1046.
- PHILLIPS, B. N. — «Influence of intelligence on anxiety and perception of self and others»; *Child Development*, 31, 1960, 41-46.
- RUSSELL, D. H. — «What does research say about self-evaluation»; *J. of Educational Research*, vol. XLVI, n.º 8, 1953, 561-573.
- STOTLAND, E.; COTTRELL, N. B. — «Self-esteem, group interaction, and group influence on performance»; *J. of Personality*, 29, 1961, 273-284.
- WILLIAMS, J. E. — «Acceptance by others and its relationship to acceptance of self and others»; *J. of Abnormal and Social Psychology*, 65, n.º 6, 1962, 438-442.
- WOLFF, R.; WASDEN, R. — «Measured intelligence and estimates by nursing instructors and nursing students»; *Psychological Reports*, 25, 1969, 77-78.
- ZILLER, R.; HAGEY, J.; SMITH, M. D. — «Self-esteem: a self-social construct»; *J. of Consulting and Clinical Psychology*, 33, n.º 1, 1969, 84-95.